

Apresentação

História pública e ensino de história: possibilidades e interseções

Ana Paula SANTANA¹
Marcelo ABREU²
Rafael CASTRO³

A democratização das pesquisas históricas e o acesso à informação têm se demonstrado cada vez mais emergentes na atualidade, trazendo desafios e possibilidades tanto no âmbito da pesquisa e ensino, quanto na divulgação e circulação de diferentes saberes. Diante de tal constatação, propomos este dossiê buscando o diálogo entre pesquisadores/as e professores/as de história interessados/as nas possibilidades e interseções entre a História Pública e o Ensino de História, destacando os desafios enfrentados pelo tema, como, por exemplo, a complexidade de conciliar a ampliação do acesso e a metodologia historiográfica. Ao mesmo tempo, tais relações exploram oportunidades para expandir a compreensão pública da história, utilizando o

¹Doutora pelo programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto. Mestra pela Universidade Federal de Ouro Preto. Graduada em História (licenciatura e bacharelado) pela Universidade Federal de Ouro Preto. Professora de Ensino de História do curso de História da Universidade Federal de Alagoas. Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas . Maceió. AL. Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2209-7259>. E-mail: anapaulasantana.ufop@gmail.com

²Doutor em História Social pelo Programa de Pós Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor da Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana. MG. Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5763-0765>. E-mail: marcelo.abreu@ufop.edu.br

³Doutor em História das Ciências pela Casa de Oswaldo Cruz. Professor da área de Teoria e Metodologia da História no Departamento de História da Universidade Estadual de Montes Claros. Professor permanente do Programa de Mestrado em História. Montes Claros. MG. Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3101-3253> E-mail: rafael.castro@unimontes.br

ensino como um meio de promover uma consciência crítica e inclusiva do conteúdo presente nos livros e salas de aula.

Compreende-se, aqui, o ensino de história em sua complexidade e amplitude, tanto nas questões relacionadas aos processos de ensino-aprendizagem, quanto a partir de suas diretrizes, competências, legislações, currículos, políticas públicas e outras ações específicas. Nesse sentido, destacamos os aspectos inerentes ao pensar, fazer e ensinar da disciplina, em experiências que buscam alinhar o diálogo entre o conhecimento acadêmico, a formação profissional docente e a prática escolar. Buscando superar a constatação de que a universidade tem se afastado da escola pública por apartar o mundo acadêmico e o mundo da escola (SANTOS, 2010), é fundamental compreender a complexidade da tarefa educativa no âmbito da escolarização básica, tornando também cada vez mais crucial restabelecer tal diálogo, necessário e profícuo para ambos os universos em questão.

Maria Auxiliadora Schmidt (2004) afirma que, nesse processo de reflexão, não basta ater-se às características e potencialidades próprias das novas tecnologias ou inovações de outros tipos, mas “também refletir e retomar a sua interação com os currículos e com a prática pedagógica em sua totalidade” (p. 64). O desafio está em demonstrar que é possível desenvolver uma prática de ensino de História, tanto no âmbito acadêmico quanto no âmbito escolar, que esteja em consonância e seja atraente do ponto de vista do conteúdo, responsável socialmente e sem ingenuidade ou conclusões apressadas (sem reflexões), desenvolvendo nas pessoas envolvidas nesses processos uma participação ativa no enraizamento da democracia, na luta contra a exclusão social e na valorização da diversidade cultural (FERREIRA, 2012).

É diante de tal perspectiva que o diálogo entre o ensino de história e a história pública se torna relevante e potencializador. A história pública vem se firmando como um campo em que as questões relativas à produção e compartilhamento de saberes históricos é vista não exclusivamente como fruto e/ou responsabilidade do trabalho do profissional historiador, mas em diálogo e aprendizados contínuos entre diferentes campos, pessoas e, mais do que isso, o compromisso com questões fundamentais, como a criação de processos plurais e não-hegemônicos na produção e na divulgação de conhecimento, na reflexão crítica no âmbito da educação básica, no compartilhamento

de saberes, fazeres e afetos entre diferentes pessoas e grupos, seja pela via dos processos de ensino-aprendizagem, dos meios digitais, da oralidade, das ideias e reflexões dos povos originários e comunidades tradicionais, das manifestações culturais, etc. Dito de outra forma: a historiografia da história pública, no Brasil, reforça que tal perspectiva não se limita a traduzir ou simplificar uma historiografia acadêmica para um público não acadêmico (ROVAI, 2018), identificar e combater discursos negacionistas no universo digital (MENESES, 2024) ou pensar a formação de “uma consciência histórica correta” do centro para a periferia ou do acadêmico a indivíduos e grupos supostamente desprovidos de experiências e reflexões autônomas (ALBIERI, 2011).

Trata-se, antes de tudo, de ter em mente as reflexões de Ricardo Santhiago de que a história pública é “menos um receituário do que um dispositivo capaz de animar uma reflexão com consequências práticas, estimulando a revisão e a revitalização dos princípios e das práticas do pesquisador” (SANTHIAGO, 2018, p. 305), devendo ser em última instância a efetivação de “políticas de alianças com públicos e vozes, entre universidade e comunidade, entre história disciplinada e demandas públicas” (RODRIGUES, 2024, p. 37). As intencionalidades de tais produções são variadas: ampliação de audiências, busca pela publicização de temáticas complexas, novas possibilidades e espaços de atuação profissional, vínculo amplo com comunidades e identidades historicamente marginalizadas e suas narrativas, valorização de conhecimentos e saberes negligenciados por dinâmicas científicas excludentes e opressoras (de diferentes campos do conhecimento), reflexões sobre o ensino de história com rigor profissional concomitantemente às publicizações sensíveis as demandas de públicos diversos, dentre tantas outras perspectivas.

Nesse sentido, ao propor o dossiê cuja temática vincula a história pública com o ensino de história, sugerimos que a aproximação entre elas pode auxiliar no desenvolvimento de perspectivas que pensem como os saberes históricos se relacionam com o ambiente cultural e social onde se estabelecem, relativos às experiências do tempo de indivíduos, grupos e sociedades, especificamente pensando o ensino como esse espaço de trocas de saberes e diálogos vários. Exemplos sobre tal relação se tornam cada vez mais presentes e necessários, tanto no âmbito da reflexão acadêmico-

profissional (como o basilar “História pública e ensino de história”, de 2021), seja em ações de diferentes projetos que se dispõe a experiências públicas.

O que se intenta como superação de uma relação problemática universidade-educação escolar, é a necessidade de se estabelecer um “lugar de fronteira” entre os debates especificamente acadêmicos e aqueles peculiares ao âmbito da educação básica, a fim de existir um diálogo tão necessário e crucial para o desenvolvimento do ensino de história em suas múltiplas especificidades, ultrapassando as tensões simplificadoras entre teoria e prática, conteúdo e forma, história acadêmica e ensino escolar (GABRIEL, 2015, p. 87). Não se trata, obviamente, de reforçar hierarquias entre diferentes conhecimentos (acadêmico *versus* escolar), mas considerar o papel desempenhado pelo conhecimento científico/acadêmico na produção de um conhecimento escolar em suas especificidades. Assumindo, com Luis Fernando Cerri (2011), que se o ensino da história implica em um gerenciamento dos objetivos curriculares e das concepções de tempo e de história que os alunos já trazem consigo desde fora da escola, então o professor de história na educação básica não pode ser considerado apenas como um tradutor do conhecimento científico para o conhecimento escolar ou um simplificador de conteúdos.

Portanto, ancorados na perspectiva de (re)organização dos vínculos entre universidade, educação escolar básica e sociedade, não havendo nesse entendimento atividades isoladas, mas ações estabelecidas de maneira concomitante, se estabelece uma perspectiva dos saberes históricos e pedagógicos que levam em consideração tanto a produção e difusão de saberes, como a pesquisa educacional e formação dos docentes das escolas de educação básica, reforçando a constituição de espaços de integração entre as atividades docentes articuladas com os atores da rede escolar e com a comunidade em geral, visando a reflexão contínua sobre o ensino e estabelecendo o compromisso de integração efetiva entre a formação e atuação profissional com as práticas de ensino.

Diante do exposto, nosso dossiê *História Pública e Ensino de História: Possibilidades e Interseções*, teve por objetivo buscar o diálogo entre pesquisadores, pesquisadoras, e professores e professoras de história interessados/as nas aberturas entre a História Pública e o Ensino de História. O dossiê destacou os desafios enfrentados pelo tema, como, por exemplo, a dificuldade de conciliar a ampliação do acesso e a

própria historiografia. Ao mesmo tempo, problematizou oportunidades para desenvolvimento e compreensão pública da história, utilizando o ensino como um meio de promover um estudo ético e político dos conteúdos presentes nas salas de aula. Procuramos trabalhos que pensassem as relações entre a História Pública e o Ensino de História, que explorassem a divulgação de narrativas históricas e seus impactos tanto nas salas de aula quanto nos ambientes extra-classe, e que propusessem diferentes estratégias de ensino a partir de mídias digitais, filmes, documentários, teatro e literatura.

Assim, como primeiro artigo do dossiê, temos o texto *A Mala e o Tijolo: Formação Histórica por meio da Cultura Material*, escrito por Márcia Elisa Teté Ramos. No texto, a autora propõe uma reflexão acerca da formação histórica, que se realiza tanto no âmbito escolar quanto extraescolar, de tal forma que as conexões entre passado e presente permitem perceber, e até mesmo interferir, em nossa contemporaneidade. A autora desenvolve essa análise a partir de duas obras literárias: *A Mala de Hana*, de Karen Levine, publicado pela primeira vez em 2002 pela editora SecondStory Press no Canadá, e o documentário brasileiro *Menino 23*, de Belisário França, de 2016. Como principal referencial teórico, destacamos os autores Joan Rusen (2001, 2010) e Paulo Freire (1979), dentre outros.

Na sequência do nosso dossiê, temos o texto de Larissa Vitória Ivo e Isabela Coura, *Afetos e memória: o cinema na historicização da ditadura militar brasileira*, no qual as autoras propõem uma reflexão a partir do cinema, da educação, da memória e da história, com recorte temporal nas produções audiovisuais da ditadura militar brasileira. Para tanto, Ivo e Coura se mobilizam no campo dos afetos, entendendo o cinema como um agente capaz de historicizar passados traumáticos e interferir de forma ética e política na construção dessas narrativas historiográficas, ampliando sentidos contra o negacionismo histórico. As autoras dedicam-se à análise do longa *Batismo de Sangue* (2006) e de *Ainda Estou Aqui* (2024), considerando seus significados e impactos no interior da sala de aula.

Ainda sobre os estudos acerca da História Pública, do ensino de história e das ditaduras militares, nosso terceiro artigo é *Memórias de uma Ditadura: O Diálogo entre o Cinema e o Teatro na Representação do Trauma Coletivo*, de Maria Jade Pohl

Sanches e Fernando Russo Costa do Bonfim. Os autores abordam a arte e sua representação cinematográfica e teatral no contexto das ditaduras militares da América Latina. Para tanto, Sanches trabalha com a peça *Pedro e o Capitão* (2022), montada na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), e com o filme *Ainda Estou Aqui* (2024), adaptado do livro de Marcelo Rubens Paiva publicado em 2015. Ao longo do texto, os autores discutem as linguagens artísticas e suas reflexões, especialmente em relação a um passado doloroso, como uma forma transformadora e problematizadora do próprio conceito de justiça histórica.

Como quarto artigo do dossiê, temos um texto comprometido com os estudos das mídias sociais e sua utilização no Ensino de História do Tempo Presente, especialmente no que se refere ao TikTok. Destacamos o título *Para Além da Dancinha: História Pública no TikTok*, de Gabriel Antonio Butzen e Tereza M. Spyer Dulci. Nesse artigo, Butzen e Dulci analisam a plataforma TikTok, destacando sua relevância para a História Pública, tanto pelo alcance a um público amplo quanto pela utilização por professores, alunos e criadores de conteúdo, além dos desafios de promover histórias subalternas. O artigo propõe um importante diálogo entre história pública e ensino de história, com análise da própria plataforma a partir de seus algoritmos e implicações, e problematizações acerca das possibilidades de “curadoria histórica” por meio das redes de comunicação na divulgação e produção do conhecimento histórico.

Como quinto artigo do nosso dossiê, temos *História Pública Digital a partir das redes: um estudo de caso a partir do E-Human@\$,* de Vanessa Spínosa e Maria Júlia Rocha Sales, texto que apresenta uma reflexão sobre as novas formas de sociabilidade no ciberespaço e suas implicações para o ambiente escolar. O estudo discute o projeto “E-Human@\$ Conecta: extensão em humanidades digitais”, desenvolvido pelo Laboratório de Humanidades Digitais e Ensino de História (CERES/UFRN) em 2024, que tem como propósito aproximar a comunidade acadêmica e o público externo de discussões contemporâneas nas áreas de Humanidades Digitais e Ensino de História. Por meio de um conjunto de ações extensionistas, o projeto promove atividades de mobilização digital, criação de identidade visual e divulgação de conteúdos voltados à

cultura digital, educação e cidadania. O artigo também apresenta os resultados obtidos com a criação de espaços virtuais de interação e aprendizado.

Ainda no que se refere às redes de comunicação no tempo presente, temos o quinto artigo do dossiê, intitulado *Só Mais um Episódio: As Potencialidades do Uso dos Podcasts para a Abordagem de Práticas Digitais Neomedievais em Sala de Aula*, de Gabriella Carvalho Motta. A autora trabalha com o conceito de Idade Média e com o debate que se segue ainda no tempo presente, especialmente no contexto da internet e das mídias digitais. Partindo de suas observações, somos direcionados a um diálogo entre Idade Média, História Pública e História Digital, especialmente em relação ao ambiente escolar e ao ensino de história na atualidade. Assim, a autora se dedica ao estudo e análise de dois podcasts concernentes ao tema, o *Medievalíssimo* - organizado e produzido pelo professor e historiador Bruno Rosa- e o *Estudos Medievais* - vinculado ao Laboratório de Estudos Medievais da Universidade de São Paulo- considerando-os como ferramentas e possibilidades para o ensino de história na Educação Básica.

Por fim, e com o intuito de divulgação da pesquisa histórica, temos a entrevista com Flávia Maria de Carvalho, intitulada *Ensino de História e História Pública a partir do projeto 'Histórias das Áfricas nas Escolas Públicas de Alagoas*, que aborda a produção e divulgação de materiais didáticos sobre os estudos de História das Áfricas e das Culturas Afro-brasileiras. A plataforma virtual desenvolvida pela entrevistada, busca a disponibilização de dados historiográficos e o seu consequente uso por professores do Ensino Básico no Brasil.

Referências:

ALBIERI, Sara. História pública e consciência histórica. In: ALMEIRA, Juniele; ROVAI, Marta (Org.). *Introdução à História Pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011, v. 1, p. 19-28.

CERRI, L. F. *Ensino de história e consciência histórica: Implicações didáticas de uma discussão contemporânea*. Rio de Janeiro, Editora da FGV, 2011.

FERREIRA, Marieta. Demandas sociais e história do tempo presente. VARELLA, Flávia et al (org.). *Tempo presente e usos do passado*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

GABRIEL, C. T. Cultura histórica nas tramas da didatização da cultura escolar (ou Para uma outra definição de didática da história). In: ROCHA, H.; MAGALHÃES, M.; GONTIJO, R. (orgs). *O ensino de história em questão: cultura histórica, usos do passado*. Rio de Janeiro, Editora da FGV, 2015.

HERMETO, Miriam; FERREIRA, Rodrigo. *História pública e ensino de história*. 1ed. São Paulo: Letra e Voz, 2021.

MENESES, Sônia. História, temporalização e engajamento: pensar o contemporâneo e as demandas públicas por história. In: CASTRO, Rafael; RODRIGUES, Thamara (Org.). *História pública e teoria da história*. 01ed. São Paulo: Letra e Voz, 2024, v. 208, p. 25-37.

RODRIGUES, Rogério. História Pública e os desafios ético-políticos da história da historiografia na atualidade. In: CASTRO, Rafael; RODRIGUES, Thamara (org.). *História pública e teoria da história*. São Paulo, Editora Letra e Voz, 2024, p. 33-52.

ROVAI, Marta. Publicizar sem simplificar: o historiador como mediador ético. In: ALMEIDA, Juniele; MENESES, Sônia. (Org.). *História pública em debate: patrimônio, educação e mediações do passado*. São Paulo: Letra e Voz, 2018, p. 185-196.

SANTHIAGO, Ricardo. Pode-se falar de uma história pública brasileira? In: MAUAD, Ana; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane (orgs). *Que história pública queremos?* São Paulo, Letra e Voz, 2018.

SANTOS, B. S. *A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade*. 2010. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/bss/documentos/auniversidadedosecXXI.pdf>. Acesso em: 27/05/2025.

SCHMIDT, M. A. A formação do professor de História e o cotidiano da sala de aula. In: BITTENCOURT, C. (org.). *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2004.



Os direitos de licenciamento utilizados pela Revista Histórias Públicas é a licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0)